REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO RURAL: UM ESTUDO SOBRE CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO NA COMUNIDADE DE CACHOEIRA GRANDE, TABIRA-PE

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN RURAL CONTEXTS: A STUDY OF AWARENESS AND RESPONSES IN THE CACHOEIRA GRANDE COMMUNITY, TABIRA, PERNAMBUCO, BRAZIL

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 17/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794649712

Neuriele Marciana Souto Gomes[1]

RESUMO

A violência contra a mulher constitui uma grave violação dos direitos humanos e um problema social que atinge mulheres em diferentes contextos, inclusive nas comunidades rurais. Este estudo surgiu a partir de um acontecimento que marcou profundamente a comunidade rural de Cachoeira Grande, localizada no município de Tabira, Pernambuco: o feminicídio de uma estudante da Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA Campo), que também foi aluna da professora responsável pelo desenvolvimento da pesquisa. A situação provocou reflexões sobre a violência doméstica, especialmente diante do fato de que as pessoas próximas à estudante não tinham conhecimento das violências que ela vivenciava. Nesse contexto, a pesquisa, desenvolvida em 2024, teve como objetivo analisar as percepções da população sobre a violência contra a mulher, identificando seus diferentes tipos, possíveis causas, conhecimento dos direitos femininos e estratégias de enfrentamento. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, com aplicação de questionários por meio do Google Forms e realização de entrevistas presenciais, envolvendo aproximadamente 100 participantes. Os resultados indicaram que 77% dos participantes consideravam a violência contra a mulher muito comum na sociedade, enquanto 57% apontaram a violência psicológica como uma das manifestações mais recorrentes. Também se observou que 83% reconheciam a permanência do machismo e da cultura patriarcal. Conclui-se que a educação, a informação e a participação comunitária são fundamentais para ampliar a conscientização, fortalecer as redes de proteção e contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente nos territórios rurais.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Feminicídio; Educação do Campo; EJA Campo; Comunidade rural.

ABSTRACT

Violence against women constitutes a serious human rights violation and a social problem affecting women in various settings, including rural communities. This study was motivated by an event that profoundly affected the rural community of Cachoeira Grande, in Tabira, Pernambuco, Brazil: the femicide of a student enrolled in Rural Youth and Adult Education (EJA Campo), who had attended classes taught by the researcher. The incident prompted reflection on domestic violence, particularly because people close to the student were unaware of the abuse she had experienced. Conducted in 2024, the study aimed to analyze community perceptions of violence against women, identifying its forms, perceived causes, awareness of women's rights, and strategies for prevention and response. A mixed quantitative and qualitative approach was adopted, using Google Forms questionnaires and face-to-face interviews with approximately 100 participants. The findings indicated that 77% of respondents considered violence against women very common in society, while 57% identified psychological violence as one of its most recurrent forms. Furthermore, 83% acknowledged the persistence of sexism and patriarchal culture. The study concludes that education, access to information, and community participation are essential to raise awareness, strengthen protection networks, and support efforts to address violence against women, particularly in rural areas.

Keywords: Violence against women; Femicide; Rural education; Rural youth and adult education; Rural community.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher representa uma das mais graves violações dos direitos humanos e constitui um problema social que

atravessa diferentes classes sociais, faixas etárias, níveis de escolaridade e contextos culturais. Suas manifestações podem ocorrer nos ambientes domésticos, familiares, profissionais e comunitários, comprometendo a integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial das mulheres.

No Brasil, a violência doméstica e familiar contra a mulher é reconhecida pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece mecanismos de prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Apesar dos avanços legislativos, a permanência das desigualdades de gênero e das relações de dominação demonstra que o enfrentamento dessa problemática exige ações contínuas de conscientização e transformação social.

No contexto rural, a discussão sobre a violência contra a mulher assume características importantes, considerando as particularidades territoriais, sociais e culturais das comunidades do campo. As possibilidades de acesso à informação, aos serviços públicos e às redes de atendimento podem apresentar desafios específicos, tornando necessário ampliar os espaços de diálogo e orientação sobre os direitos das mulheres.

O presente estudo surgiu a partir de uma experiência profundamente marcante vivenciada na comunidade rural de Cachoeira Grande, pertencente ao município de Tabira, no Sertão de Pernambuco. A ocorrência de um feminicídio envolvendo uma estudante da Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA Campo) provocou grande comoção e despertou a necessidade de desenvolver uma pesquisa sobre a violência contra a mulher.

A estudante era aluna da professora responsável por este trabalho. A ocorrência do feminicídio trouxe uma reflexão especialmente dolorosa: durante o período em que frequentava a escola, não se imaginava que ela estivesse vivenciando situações de violência doméstica. A situação evidenciou que nem sempre a violência é percebida pelas pessoas que convivem com a vítima, podendo permanecer silenciosa e invisibilizada até alcançar consequências irreparáveis.

Essa experiência motivou a realização de uma investigação que ultrapassasse a discussão individual do acontecimento, buscando compreender as percepções da comunidade sobre a violência contra a mulher e contribuir para a conscientização coletiva.

A escola, nesse cenário, representa um espaço importante de formação cidadã, construção do conhecimento e discussão de questões sociais. Na Educação de Jovens e Adultos do Campo, essa função ganha relevância pela relação entre os conhecimentos escolares, as experiências de vida dos estudantes e a realidade das comunidades rurais.

Diante dessa realidade, estabeleceu-se como questão norteadora: quais são as percepções da população da comunidade rural de Cachoeira Grande sobre a violência contra a mulher e como a informação e a educação podem contribuir para seu enfrentamento?

O objetivo geral deste estudo é analisar as percepções sociais sobre a violência contra a mulher na comunidade rural de Cachoeira Grande, município de Tabira-PE, destacando a importância da

conscientização, da educação e da participação comunitária na prevenção e no enfrentamento dessa problemática.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar os tipos de violência mais reconhecidos pelos participantes; investigar as percepções sobre as causas da violência; verificar o conhecimento da população acerca dos direitos das mulheres e dos mecanismos de proteção; e refletir sobre a contribuição da educação para a construção de uma comunidade mais consciente e comprometida com o enfrentamento da violência de gênero.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Violência Contra a Mulher: Aspectos Sociais e Culturais

A violência contra a mulher está relacionada a fatores históricos, culturais e sociais que contribuem para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres. As relações de poder fundamentadas no machismo e no patriarcado podem favorecer práticas de controle, submissão, discriminação e desrespeito à autonomia feminina.

Para Saffioti (2004), a violência de gênero precisa ser compreendida considerando as relações sociais e as estruturas de poder que historicamente produzem desigualdades. Dessa maneira, não deve ser analisada apenas como um comportamento individual, mas também como uma manifestação de relações sociais desiguais.

A violência pode apresentar diferentes manifestações, algumas evidentes e outras difíceis de identificar. Entre elas estão:

- Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher.

- Violência psicológica: ações que provoquem danos emocionais, humilhações, ameaças, manipulação, isolamento e controle.

- Violência sexual: condutas que violem a liberdade e os direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

- Violência patrimonial: retenção, subtração ou destruição de documentos, objetos, recursos econômicos e bens.

- Violência moral: práticas de calúnia, difamação e injúria.

Essas modalidades estão previstas no artigo 7° da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

É importante compreender que a violência nem sempre começa com agressões físicas. Em determinadas situações, manifesta-se inicialmente por meio de comportamentos de controle, ciúme excessivo, humilhações, ameaças e isolamento social.

Por isso, reconhecer os sinais da violência constitui uma medida importante para a prevenção e para o fortalecimento das possibilidades de proteção das mulheres.

2.2. Feminicídio e Violência Doméstica

O feminicídio representa uma das expressões mais extremas da violência de gênero, estando relacionado ao assassinato de mulheres por razões da condição do sexo feminino, nos termos da legislação penal.

A Lei nº 13.104/2015 introduziu o feminicídio como qualificadora do homicídio. Posteriormente, a Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, tornou o feminicídio um crime autônomo, estabelecendo alterações na legislação penal brasileira.

O enfrentamento do feminicídio exige atenção às diferentes manifestações da violência doméstica e familiar, bem como o fortalecimento das políticas de prevenção, proteção e atendimento às mulheres.

A violência doméstica pode permanecer invisível para familiares, amigos, colegas de trabalho e até mesmo pessoas que convivem diariamente com a vítima. Isso reforça a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre os sinais de violência e os caminhos para buscar ajuda.

A experiência que motivou esta pesquisa demonstra a importância dessa discussão: uma estudante da EJA Campo, integrante da comunidade investigada, foi vítima de feminicídio, embora as pessoas de seu convívio escolar não tivessem conhecimento da violência doméstica que vivenciava.

Essa realidade evidencia que o silêncio, o medo e a dificuldade de reconhecer situações de violência podem contribuir para a invisibilidade do problema.

2.3. Educação do Campo e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher

A Educação do Campo constitui uma proposta educativa que considera os sujeitos, os territórios, as culturas, as experiências e as necessidades das populações rurais.

Arroyo, Caldart e Molina (2004) destacam a importância de compreender a educação do campo a partir da realidade dos sujeitos que vivem e trabalham nesses territórios, reconhecendo suas experiências e sua participação na construção de uma educação comprometida com a transformação social.

Nesse sentido, a escola do campo não deve se limitar à transmissão de conteúdos curriculares. Ela também pode constituir um espaço de reflexão sobre os problemas vivenciados pela comunidade, contribuindo para a formação crítica e para o exercício da cidadania.

A Educação de Jovens e Adultos do Campo possui uma contribuição significativa nesse processo, pois trabalha com estudantes que trazem diferentes experiências de vida e conhecimentos construídos em suas relações familiares, profissionais e comunitárias.

Discutir a violência contra a mulher nesse contexto significa reconhecer que a educação também deve abordar questões relacionadas aos direitos humanos, à igualdade, ao respeito e à proteção da vida.

A escola pode promover debates, rodas de conversa, palestras e atividades educativas que favoreçam a identificação de diferentes formas de violência e a divulgação dos serviços de proteção disponíveis.

Entretanto, é importante destacar que a escola não substitui os serviços especializados de atendimento. Sua contribuição está na formação, na conscientização, no acolhimento e na orientação para que as mulheres possam conhecer seus direitos e acessar a rede de proteção.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2024, na comunidade rural de Cachoeira Grande, pertencente ao município de Tabira, localizado no Sertão do estado de Pernambuco.

O estudo surgiu a partir de uma situação de feminicídio envolvendo uma estudante da Educação de Jovens e Adultos do Campo, fato que provocou reflexões sobre a presença da violência doméstica na comunidade e a necessidade de ampliar a conscientização sobre os direitos das mulheres.

Quanto à abordagem, a investigação foi desenvolvida de maneira quantitativa e qualitativa, buscando compreender tanto os dados numéricos quanto as percepções dos participantes sobre a violência contra a mulher.

A pesquisa contou com aproximadamente 100 participantes, envolvendo pessoas de diferentes faixas etárias e contextos sociais.

Para a coleta de dados, foram utilizados questionários elaborados na plataforma Google Forms e entrevistas presenciais. Os instrumentos contemplaram questões relacionadas à frequência da violência contra a mulher, aos tipos de violência mais recorrentes, às possíveis causas, ao conhecimento da Lei Maria da Penha, aos direitos das mulheres e às estratégias de prevenção e enfrentamento.

Após a coleta, as respostas foram organizadas e analisadas por meio de frequências e porcentagens, permitindo identificar tendências nas percepções dos participantes.

A análise qualitativa foi utilizada para interpretar as manifestações e opiniões apresentadas pelos respondentes, relacionando os resultados ao contexto social da comunidade rural investigada.

Por envolver uma temática sensível e relacionada a uma situação real de feminicídio, a pesquisa deve preservar a identidade da estudante e dos participantes, evitando a exposição de informações que possibilitem sua identificação. Essa precaução é especialmente relevante em investigações sobre violência de gênero realizadas em comunidades pequenas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa realizada na comunidade rural de Cachoeira Grande permitiram identificar diferentes percepções sobre a violência contra a mulher e sua presença na sociedade.

Inicialmente, ao serem questionados sobre a frequência da violência contra a mulher na sociedade, 77% dos participantes afirmaram que esse problema é muito comum. Esse resultado demonstra que a violência de gênero é reconhecida pelos respondentes como uma realidade presente no cotidiano social.

Em relação aos tipos de violência considerados mais recorrentes, 57% dos participantes apontaram a violência psicológica ou emocional. Esse dado chama a atenção para manifestações de violência que nem sempre deixam marcas físicas, mas podem provocar danos emocionais e comprometer a autonomia das mulheres.

Quanto às principais causas da violência contra a mulher, houve um empate entre a desigualdade de gênero e o consumo de álcool e

outras drogas, ambos mencionados por 38% dos participantes. Esse resultado demonstra que os respondentes reconhecem diferentes fatores associados à problemática. Ressalta-se, contudo, que o consumo de álcool ou outras drogas não justifica a violência nem transfere a responsabilidade do agressor.

Outro dado relevante refere-se ao conhecimento de mulheres que já sofreram violência doméstica. Entre os 99 participantes que responderam a essa questão, 69,7% afirmaram conhecer alguma mulher que vivenciou essa situação.

Esse resultado evidencia a proximidade da violência doméstica com a realidade dos participantes e reforça a necessidade de desenvolver ações educativas nas comunidades.

Quando questionados sobre as melhores formas de combater a violência contra a mulher, 53% dos participantes defenderam punições mais severas para os agressores, enquanto 33% apontaram as campanhas de conscientização e educação como estratégias importantes.

As respostas demonstram que os participantes reconhecem tanto a importância da responsabilização dos agressores quanto a necessidade de desenvolver ações preventivas.

No que se refere ao conhecimento dos direitos das mulheres e dos mecanismos de proteção, 83% dos respondentes afirmaram conhecer os direitos e os recursos existentes. Apesar desse resultado, é importante ampliar a divulgação das informações, especialmente sobre os serviços de atendimento, as medidas protetivas e os canais de denúncia.

Em relação à eficácia das leis brasileiras na proteção das mulheres, 47% dos participantes consideraram que elas são eficazes, enquanto 20% avaliaram que são ineficazes. Essa diferença demonstra que existem percepções distintas sobre a efetividade dos mecanismos legais de proteção.

Outro aspecto investigado foi a atitude dos participantes diante de uma situação de violência presenciada. Entre os 100 respondentes, 55,6% afirmaram que chamariam a polícia imediatamente. O resultado demonstra o reconhecimento da importância de acionar os serviços de segurança e proteção diante de situações de violência.

A pesquisa também investigou a permanência do machismo e da cultura patriarcal na sociedade. Nesse questionamento, 83% dos participantes reconheceram que essas práticas ainda estão muito presentes.

Esse dado reforça a necessidade de desenvolver ações educativas que questionem comportamentos discriminatórios e contribuam para a construção de relações fundamentadas no respeito e na igualdade de direitos.

De maneira geral, os resultados demonstram que os participantes reconhecem a violência contra a mulher como um problema social relevante, identificam diferentes manifestações dessa violência e apontam a necessidade de fortalecer as medidas de prevenção, conscientização e proteção.

4.1. A Realidade da Comunidade Rural e a Importância da Conscientização

Além dos dados quantitativos, a motivação da pesquisa representa um elemento fundamental para compreender sua relevância social.

O feminicídio ocorrido com uma estudante da EJA Campo provocou uma reflexão sobre a dificuldade de reconhecer situações de violência doméstica mesmo quando a mulher faz parte do convívio cotidiano da comunidade escolar.

A experiência da professora, que acompanhava a trajetória escolar da estudante sem imaginar a violência que ela vivenciava, evidencia a importância de ampliar os conhecimentos sobre as diferentes manifestações da violência doméstica.

Não se trata de atribuir à escola ou aos professores a responsabilidade de identificar todas as situações de violência, mas de reconhecer que a educação pode contribuir para a construção de ambientes de acolhimento, diálogo e orientação.

A escola pode ser um espaço no qual as mulheres tenham acesso à informação, conheçam seus direitos e encontrem possibilidades de buscar ajuda.

No contexto da comunidade rural de Cachoeira Grande, a pesquisa representou uma oportunidade de discutir uma problemática que ultrapassa os limites individuais e envolve toda a sociedade.

A realização do estudo também demonstra a importância de desenvolver pesquisas vinculadas às realidades locais, considerando que os problemas vivenciados pelas comunidades devem ser reconhecidos e discutidos nos espaços educativos.

4.2. O Papel da Educação do Campo e da EJA Campo no Enfrentamento da Violência

A escola representa um espaço fundamental de formação cidadã, de construção do conhecimento e de discussão sobre questões sociais. No contexto da Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA Campo), essa função ganha ainda mais relevância, pois estabelece uma relação direta entre os conhecimentos escolares, as experiências de vida dos estudantes e a realidade vivenciada nas comunidades rurais. A EJA Campo possui uma contribuição significativa nesse processo educativo, uma vez que trabalha com alunos que trazem consigo diferentes vivências e conhecimentos construídos a partir de suas relações familiares, profissionais e comunitárias.

A necessidade de integrar a temática da violência de gênero ao ambiente escolar tornou-se evidente na comunidade de Cachoeira Grande após um acontecimento profundamente marcante: o feminicídio de uma estudante da EJA Campo. A vítima era aluna da professora responsável pelo desenvolvimento da pesquisa intitulada “Violência contra a mulher no contexto rural: um estudo sobre conscientização e enfrentamento na comunidade de Cachoeira Grande, Tabira-PE”. Durante o período em que a estudante frequentava a escola, as pessoas de seu convívio escolar não imaginavam que ela estivesse vivenciando situações de violência doméstica. Esse evento evidenciou que o silêncio, o medo e a dificuldade de reconhecer as situações de abuso podem contribuir para a invisibilidade do problema, permitindo que a violência permaneça oculta por parte das pessoas que convivem diariamente com a vítima até atingir consequências irreparáveis.

Diante dessa realidade, a Educação do Campo se apresenta como uma proposta educativa essencial, pois considera os sujeitos, os territórios, as culturas, as experiências e as necessidades específicas das populações rurais. A escola do campo não deve se limitar apenas à transmissão de conteúdos curriculares. Ela pode e deve se constituir como um espaço ativo de reflexão sobre os problemas enfrentados pela comunidade, contribuindo assim para a formação crítica dos indivíduos e para o pleno exercício da cidadania.

Discutir a violência contra a mulher no contexto da educação rural significa reconhecer que o ambiente escolar também tem o dever de abordar questões fundamentais relacionadas aos direitos humanos, à igualdade, ao respeito e à proteção da vida. Para efetivar essa abordagem, a escola pode promover diversas iniciativas, tais como debates, rodas de conversa, palestras e atividades educativas. Essas ações pedagógicas favorecem a identificação das diferentes formas de violência — sejam elas físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais — e auxiliam na divulgação dos serviços de proteção que estão disponíveis para as mulheres.

Os resultados da pesquisa realizada na comunidade reforçam a importância dessa via educativa. Ao serem questionados sobre as melhores formas de combater a violência contra a mulher, 33% dos participantes apontaram as campanhas de conscientização e a educação como estratégias importantes. Além disso, o estudo revelou que 83% dos participantes reconheceram que práticas ligadas ao machismo e à cultura patriarcal ainda estão muito presentes na sociedade. Esse dado comprova a urgência de se desenvolver ações educativas que questionem comportamentos discriminatórios, contribuindo para a construção de relações sociais pautadas no respeito e na igualdade de direitos.

Contudo, é fundamental ressaltar os limites da atuação escolar. A escola não substitui os serviços especializados de atendimento às vítimas de violência. Não se trata de atribuir à instituição de ensino ou aos professores a responsabilidade de identificar todas as situações de abuso, mas sim de reconhecer que a educação é um pilar para a construção de ambientes de acolhimento, diálogo e orientação. A contribuição da escola reside na formação, na conscientização e no acolhimento, servindo como um meio para que as mulheres possam conhecer seus direitos, identificar sinais de relações abusivas (como controle, ciúme excessivo, humilhações e isolamento social) e, consequentemente, acessar a rede de proteção.

A transformação de experiências dolorosas, como a perda de uma estudante para o feminicídio, em oportunidades de reflexão, conhecimento e mobilização social demonstra a importância da educação. O estudo evidencia que a conscientização da sociedade é um caminho imprescindível para combater a violência de gênero, e que a inclusão dessas discussões nos espaços educativos rurais é vital para fortalecer as práticas de prevenção e proteção das mulheres no campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida na comunidade rural de Cachoeira Grande, município de Tabira-PE, permitiu refletir sobre a violência contra a mulher a partir de uma realidade que marcou profundamente a comunidade escolar e seus moradores.

O feminicídio de uma estudante da EJA Campo constituiu o acontecimento que motivou a investigação, despertando a

necessidade de compreender melhor as manifestações da violência doméstica e as possibilidades de prevenção e enfrentamento.

A experiência demonstrou que nem sempre as situações de violência são percebidas pelas pessoas que convivem com as mulheres. Muitas vezes, a violência permanece silenciosa, dificultando o reconhecimento do problema e a busca por ajuda.

Os resultados dos questionários evidenciaram que os participantes reconhecem a violência contra a mulher como uma realidade frequente, destacando a violência psicológica, a desigualdade de gênero e a permanência de comportamentos machistas como aspectos importantes dessa problemática.

Também foi possível identificar a importância atribuída pelos participantes às medidas legais, às campanhas educativas e à conscientização da sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa reforça que o enfrentamento da violência contra a mulher não depende exclusivamente da punição dos agressores. É necessário fortalecer as políticas públicas, ampliar o acesso à informação, garantir serviços de atendimento e desenvolver ações educativas que contribuam para a prevenção da violência.

A Educação do Campo e a EJA Campo possuem papel relevante nesse processo, pois possibilitam discutir questões sociais relacionadas à realidade dos estudantes e das comunidades onde vivem.

A escola, enquanto espaço de formação humana e cidadã, pode contribuir para a divulgação dos direitos das mulheres, a

desconstrução de preconceitos e o fortalecimento de uma cultura de respeito e igualdade.

Conclui-se que a conscientização da sociedade é um caminho fundamental para combater a violência contra a mulher. O estudo realizado em Cachoeira Grande representa uma contribuição para o debate sobre essa problemática no meio rural e reforça a importância de transformar experiências dolorosas em oportunidades de reflexão, conhecimento e mobilização social.

Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre violência de gênero, fortalecer as práticas educativas no campo e incentivar novas investigações que considerem as experiências e necessidades das mulheres das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Altera a legislação penal para tornar o feminicídio crime autônomo e estabelecer

medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

---

[1] Especialização em Ensino de Ciências e Matemática – IFPB; Licenciatura em Ciências Exatas, habilitação em Física – UEPB; Licenciatura em Matemática – UNINTER. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.